



## PROBLEMATIZANDO A EXPERIÊNCIA CLÍNICOPOLÍTICA DA EQUIPE CLÍNICO-GRUPAL TORTURA NUNCA MAIS

**Cecilia Maria Bouças Coimbra**

Grupo Tortura Nunca Mais/RJ  
cmbcoimbra2013@gmail.com

**Ana Monteiro de Abreu**

Universidade Federal Fluminense  
anaregomonteiro@yahoo.com.br

### **Resumo:**

Este texto é um efeito de encontros experimentados ao longo de 23 anos de existência da Equipe Clínico-Grupal Tortura Nunca Mais. Destacamos aqui algumas linhas ético-estético-políticas que atravessaram a experiência compartilhada pelas autoras. Elegemos duas questões-analisadoras que, a nosso ver, expressam o percurso da construção do trabalho de assistência médica-psicológica-fisioterápica a pessoas atingidas, direta ou indiretamente, pela violência do Estado: a inseparabilidade entre clínica e política e o risco de naturalização da figura da vítima. Nestas problematizações escolhemos um caminho, buscando intercessores, para pensarmos os dispositivos clinicopolíticos em funcionamento ao longo do percurso. Dentre muitos, destacamos Michel Foucault, Gilles Deleuze e Felix Guattari como autores que, em muito, nos ajudam a pensar o tempo presente. Nossa aposta segue na afirmação dos movimentos desejanter que ousam inventar continuamente a Vida e um Viver Singular e Autônomo.

**Palavras-chave:** processo de subjetivação; movimentos desejanter; vitimização; clinicapolítica.

### **Resumen:**

Este texto es un efecto de encuentros experimentados a lo largo de 23 años de existencia del Equipo Clínico-Grupal Tortura Nunca Más. Destacamos aquí algunas líneas ético-estético-políticas que atraviesan la experiencia compartida por las autoras. Elegimos dos cuestiones-analisadoras que, desde nuestro punto de vista, expresan el recorrido de la construcción del trabajo de asistencia médica-psicológica-fisioterapéutica a personas afectadas, directa o indirectamente, por la violencia del Estado: la inseparabilidad entre clínica y política y el riesgo de la naturalización de la figura de la víctima. En estas problematizaciones escogemos un camino, buscando intercesores, para pensar los dispositivos clinicopolíticos en funcionamiento a lo largo del trayecto. Entre muchos, destacamos Michel Foucault, Gilles Deleuze y Felix Guattari como autores que, significativamente, nos ayudan a pensar el tiempo presente. Nuestro horizonte sigue siendo la afirmación de los movimientos deseantes que osan inventar continuamente la Vida y un Viver Singular y Autônomo. **Palabras clave:** proceso de subjetivación; movimientos deseantes; victimización; clinicapolítica.

Sou de uma geração, uma das últimas gerações que foram mais ou menos assassinadas com a história da filosofia. A história da filosofia exerce em filosofia uma função repressora evidente (...): ‘você não vai se atrever a falar em seu nome enquanto não tiver lido isto e aquilo, e aquilo sobre isto, e isto sobre aquilo’. Na minha geração muitos não escaparam disso, outros sim, inventando seus próprios métodos e novas regras, um novo tom (...). (Gilles Deleuze)

Na narrativa que se segue, muitas mãos se fazem presentes, muitos corpos, múltiplas forças se fazem sentir ao longo de uma experiência vivida e compartilhada junto à chamada Equipe Clínico-Grupal Tortura Nunca Mais. Esta escrita é, portanto, efeito de uma experimentação de encontros intercessores<sup>1</sup> que, desdobrando-se até os dias de hoje, em muito nos tem ajudado a escapar do aprisionamento identitário que, em muitos momentos, aparece como obstáculo aos movimentos de transversalização de nossas experiências clínicopolíticas. (Coimbra e Monteiro, 2005). Queremos aqui pensar e distinguir algumas linhas ético-estético-políticas que atravessaram e estão presentes na experiência compartilhada pelas autoras. Elegemos duas questões-analisadoras que se atualizaram nos dispositivos clínicos da Equipe Clínico-Grupal Tortura Nunca Mais: a inseparabilidade entre clínica e política e o risco de naturalização da produção da figura da vítima.

Essas duas problematizações indicam um caminho escolhido para pensar os dispositivos clínicopolíticos experimentados pelas autoras; caminho este que afirma os movimentos desejantes que ousam inventar continuamente a Vida e um Viver Singular e Autônomo.

### **Quem Somos?**

Plagiando Deleuze (1992): somos de uma geração que foi mais ou menos assassinada pela ditadura militar. Alguns escaparam, resistiram e na resistência permanecem, tentando inventar outros corpos sobre um mesmo corpo; corpo para sempre marcado por uma dura composição: medo-vergonha-silêncio-tortura. (Monteiro de Abreu, 2017). Somos de uma geração que, já nos anos de 1980, tentava nas universidades e em suas clínicas pensar e afirmar uma outra prática psi, diferente daquelas que “andavam de mãos dadas” com a ditadura civil-militar, que individualizavam e essencializavam os sujeitos, vistos como unos, universais, a-históricos. (Coimbra, 1995). Com esta concepção de sujeito, justificavam a separação

---

<sup>1</sup> Conceito formulado por Deleuze como sendo uma relação de intervenção e interferência que desestabiliza e, ao mesmo tempo, possibilita a criação. (Deleuze, 1992).

e, mesmo, a oposição entre clínica e política. Trata-se de uma produção política cujo movimento de interiorização acaba por apartar as experiências do coletivo de forças que as produzem, estabelecendo modelos e identidades que, de maneira dogmática, orientam as produções de subjetividades dominantes ainda hoje.

No trabalho desenvolvido pela Equipe Clínico-Grupal Tortura Nunca Mais muitas foram as forças que nos atravessaram e nos constituíram nesta experimentação de 23 anos (1991-2014) de “atendimento médico-psicológico a pessoas atingidas pela violência do Estado”. Experiência que, nesses anos de funcionamento ininterrupto, atendeu a mais de 1200 pessoas, realizou dezenas de oficinas com diferentes profissionais da área de saúde, levando para o debate problematizações sobre o trabalho realizado. Experiência pioneira no Brasil que afetou o surgimento de outras equipes que passaram, de diferentes modos e formas, a atender os atingidos pela violência do Estado. Em termos latino-americano – cujas equipes de atendimento e “assistência psicossocial” já existiam vinculadas, inicialmente, a grupos de direitos humanos, de familiares de mortos e desaparecidos e de ex-presos durante os períodos ditatoriais em vários países – nossas ferramentas, nossos martelos e limas causaram, inicialmente, estranheza... Entretanto, apesar das diferenças, muitas e intensas parcerias e alianças se fizeram e continuam se fazendo apesar do término desta experimentação em 2014<sup>2</sup>.

Nestes 23 anos, muitas foram as conexões teóricas abraçadas como ferramentas: desde uma certa psicanálise argentina de cunho marxista<sup>3</sup>, passando

---

<sup>2</sup> Para maiores detalhes, consultar nesta revista o depoimento de Mariana Lagos, representante da Equipe Argentina de Trabalho e Investigação Psicossocial (EATIP).

<sup>3</sup> Trata-se da “segunda geração” de psicanalistas argentinos que chegaram ao Brasil, especialmente, após o golpe militar de 1976 na Argentina, em sua maioria, exilados. Vinham rompendo com a psicanálise hegemônica vinculada à IPA, num movimento que “revisitava a psicanálise” e conhecido como freudomarxista. Um pouco depois, afetados pela leitura de “O Anti-Édipo”, o movimento se expande, em especial, após a chegada destes psicanalistas ao Brasil. Importante frisar que nesta “segunda geração” não havia um pensamento uniformemente marcado (Barembliit, 1987). Havia, sim, algumas alianças entre muitos que vinham exilados. Em 1978, um desses grupos, fundou, no Rio de Janeiro, o IBRAPSI (Instituto Brasileiro de Psicanálise e Análise Institucional) que lançou alguns livros, tais como: “Grupos: Teoria e Técnica” (1982) e “O Inconsciente Institucional” (1984), dentre outros. De lá saíram muitos profissionais que espalharam no Rio as principais ferramentas da Análise Institucional francesa que se somam ao pensamento de Michel Foucault, Felix Guattari e Gilles Deleuze. Em meados dos anos de 1980, após alguns “rachas” ocorridos no IBRAPSI, grupos organizaram-se auto-gestionariamente para pensar uma formação psi e uma clínica transversalizada. O Núcleo Psicanálise e Análise Institucional, ao qual a maioria da Equipe Clínico Grupal fez parte, é um deles. Em 1987, pessoas vinculadas a este núcleo junto com alguns argentinos, também ex IBRAPSI (Oswaldo Saidón e Vida Kamkhagi) organizam o livro “Análise Institucional no Brasil” com diferentes intervenções em favelas, hospitais, escolas, na clínica, etc. Há também um outro livro “Grupos e Instituições em Análise” publicado, em 1992, por alguns membros do Núcleo Psicanálise e Análise Institucional que enfatiza a importância do dispositivo grupal nas intervenções. Importante

pela Análise Institucional francesa<sup>4</sup>, agregando inicialmente algumas leituras de M. Foucault e, posteriormente, as de F. Guattari e G. Deleuze. Durante todo o percurso, tentava-se tanto nos cursos de formação de psicólogos, como nos atendimentos clínicos, inventar uma prática transdisciplinar onde muitas forças pudessem se atravessar e se fizessem presentes.

Pensávamos, sim, em uma prática clínica como intervenção sobre si própria, sobre cada um de nós e sobre o mundo. Afirmávamos – e afirmamos aqui – que esta prática se instaura no *entre*, no *com*, e não no *sobre* como uma intervenção de especialista. Trazíamos de todas essas ferramentas que nos constituíram uma forte crítica aos especialismos, aos peritos, àqueles legitimados pelo seu saber sobre a escuta e interpretação da mesma. Sabíamos do perigo que corríamos em sermos classificados como “especialistas em tortura”, “especialistas em violência do Estado”: aqueles que detêm o saber sobre a verdade da escuta da “vítima”<sup>5</sup>.

### **A Inseparabilidade entre Clínica e Política**

Usualmente, a distinção entre clínica e política se apresenta, em nosso meio, da seguinte maneira: a prática clínica teria seu foco de análise dirigido para os sofrimentos individuais derivados dos conflitos psíquicos articulados, de modo reducionista, ao universo familiar e que se processam no interior do indivíduo e a este se reduz. A militância política voltaria seu foco para os impasses geradores de sofrimentos relativos à organização da sociedade de um ponto de vista coletivo. Em outras palavras, ao tomar a política como prática exclusivamente dirigida a coletivos

---

figura que não pode ser esquecida é a do professor de filosofia Cláudio Ulpiano que nos apresentou, desde o início dos anos de 1980 até sua morte em 1999, o pensamento de Deleuze, Guattari, Foucault, Nietzsche, Bergson, Espinosa e muitos outros filósofos presentes no que ficou conhecido como a Filosofia da Diferença.

Somos filhotes de todos eles!

<sup>4</sup> Referimo-nos aqui a autores como Georges Lapassade, René Lourau, Rémi Hess e outros que, desde a primeira metade dos anos de 1960, na França, fazem experiências em diferentes campos das chamadas Psicossociologia Institucional, Psicoterapia Institucional e Pedagogia Institucional, especialmente interessados na questão da auto-gestão e realizaram trabalhos de intervenções em diferentes campos e setores, apontando, permanentemente, para o caráter político dessas intervenções. Sobre o tema e suas principais obras, consultar Coimbra (1995: p.323), que nos apresenta algumas das gêneses conceitual e histórico-social do movimento institucionalista francês. No Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, o IBRAPSI – como apresentado na nota 3 – espalhou os conceitos da Análise Institucional francesa num entrelaçamento com diversos conceitos-ferramentas trabalhados por Foucault, Guattari e Deleuze.

<sup>5</sup> Termo de uso corrente na América Latina, utilizado pelas ONGs, movimentos sociais e organismos internacionais de direitos humanos que trabalham na área da denúncia e abertura de processos em tribunais internacionais, em casos de flagrantes violações e violências cometidas contra certos segmentos da sociedade.

e definir o indivíduo como objeto específico da clínica, temos como resultante a incorporação da ideia de que a clínica nada tem a ver com a política. (Coimbra e Monteiro, 2005).

Diariamente deparamo-nos com esse modo dicotômico de caracterizar estas práticas. De um lado, uma clínica que afirma e se reduz ao modo de ser indivíduo, produzindo um movimento de interiorização apartado do coletivo de forças, estabelecendo certas naturezas, modelos e identidades. De outro, a política, vista como militante, vinculada a partidos e/ou organizações onde o coletivo é exaltado como uma essência. Mas, de que coletivo e de que política falamos? O coletivo, usualmente tratado, não diz respeito às forças, mas a um conjunto de formas numericamente considerado<sup>6</sup>. Ou seja, o problema se coloca exatamente aí, neste modo de pensar que distingue, separa e exclui as forças de produção que engendram o produto. Não importa se tratamos de indivíduo ou coletivo. Neste movimento de separação e exclusão, ambos (coletivo ou indivíduo) tornam-se formas desconectadas das forças, dos fluxos que os constituem.

Isto nos coloca diante de diferentes modos de pensar os processos produtivos e a subjetividade, sejam individuais ou coletivos. No modo hegemônico de produção, ao estabelecer esta desconexão entre forças de produção e o que é produzido, o produto passa a ser considerado uma forma dada e naturalizada. Neste modo, as formas não são levadas em consideração como sendo incessantemente produzidas, datadas e passíveis de movimentos inventivos de outramentos<sup>7</sup>: são formas desconectadas das forças que as constituem.

---

<sup>6</sup> Para um aprofundamento maior desta questão, consultar Benevides de Barros (2002 a e b 2007).

<sup>7</sup> O verbo *outrar* é uma expressão inventada pelo poeta Fernando Pessoa em sua ânsia de experimentar-sentir-expressar, enfim, de “viver tudo de todas as maneiras”. É o processo obstinado de *outramento* que o engendra como um ser vivo capaz de inventar-se diferentemente. Trata-se de um trabalho, rigoroso e árduo, relatado em prosas e versos, de experiência de abertura às forças díspares que engendram mundos em constante processualidade. Em sintonia com a Vida, em seu movimento incessante de mutação/diferenciação, torna-se o mestre da deriva de si com a invenção única de heterônimos. Importante ressaltar que não se trata, como querem alguns, de uma proliferação de eus. Ao contrário, o que caracteriza o *outrar* é o rompimento com o modelo identitário. Modelo formado e fixado, uma vez por todas, na construção da figura de um Eu unívoco ou de eus variantes, pautados pela paralisia dos movimentos-forças inerentes à Vida. Na experiência poética de Pessoa, “viver é ser outro”, ou seja, é se deixar atravessar por forças-fluxos que desestabilizam e desmontam o Eu em proveito dos processos inventivos que caracterizam uma vida. Conectando o poeta Pessoa ao filósofo Gilles Deleuze com seu conceito de *Devir*, José Gil – atualmente professor de filosofia na Universidade Nova de Lisboa e autor de *Fernando Pessoa ou a Metafísica das Sensações (s/data)* e *Diferença e Negação na Poesia de Fernando Pessoa* (2009) dentre tantas outras publicações no tema – nos apresenta o *outrar* de Fernando Pessoa em seu processo de *devir-outro*: capacidade de devir completamente outro dele mesmo. Outrar, portanto, implica em uma atitude de abertura às forças, que em desassossego se agitam e pedem passagem. E é

Entendemos a política como expressão de forças coletivas que, ao permear a vida, produzem os humanos desta ou daquela maneira. Assim, o ponto que nos interessa destacar é que, ao separarmos as forças constituintes das formas constituídas, está sendo construída uma política que se engendra na própria tentativa de exclusão do plano das forças, no sentido de retirar do humano sua potência crítico-inventiva de criação de muitas maneiras de existir, pensar, agir, perceber, sentir e, enfim, viver. Trata-se de uma política de produção de um tipo de humano e de um certo tipo de mundo. Ao examinarmos esses processos de subjetivação identificamos uma certa política de subjetivação que está presente tanto nas práticas clínicas quanto nas práticas ditas políticas. A diferença, portanto, não se coloca mais em termos numéricos (indivíduo/coletivo), mas na operação que engendra a concepção do humano. Aqui encontramos o ponto que articula uma prática clínicopolítica. Nesta perspectiva, a clínica vai ser pensada como um exercício de problematização da subjetividade assujeitada aos valores dominantes e codificados em saberes morais, na perspectiva da produção de outros modos de subjetivação. É neste sentido, que podemos afirmar que clínica e política são indissociáveis: novos modos de pensar gerando novos modos de viver e novos modos de viver gerando novas maneiras de pensar. O desafio que se coloca é, então, o de um trabalho clínico que escape das formas totalizantes e dos códigos dominantes, aliando-se a um paradigma ético-estético-político. Ético no que se refere ao desejo do diferir, Estético por se agenciar no sentido da criação de novos processos de subjetivação e Político por estar sempre implicado num processo de devir revolucionário<sup>8</sup>. Neste sentido, Guattari (1992) vai propor um paradigma ético-estético-político em contraposição ao paradigma científico, dominante no universo capitalístico. A ideia é que hegemonicamente os focos de singularização da existência são quase que instantaneamente recobertos pelos sistemas de valorização capitalístico de

---

em seu livro-laboratório poético do desassossego que o heterônimo Bernardo Soares mais ousa nesta experimentação: a afirmação da realidade como composto de relações de forças que insiste em outrar. (Livro do Desassossego, 1996). Nestes termos, entramos em contato com a agitação molecular das formas onde outrar é diferenciar-se da pretensão ao idêntico, ao mesmo, à fixidez das formas. Trata-se da adesão a um vertiginoso movimento de liberação e desapego de “si”, desobstruindo canais por onde a multiplicidade de *ser* pode, enfim, ganhar corpo e língua no movimento de uma existência que vai *sendo*: uno e múltiplo, ao mesmo tempo.

<sup>8</sup> Devir revolucionário é uma noção criada e desenvolvida por Gilles Deleuze e Felix Guattari que visa enfatizar a ideia de revolução na distinção entre história e devir: “Diz-se que as revoluções têm um mau futuro. Mas não param de misturar as coisas, o futuro das revoluções na história e o devir revolucionário das pessoas. Nem sequer são as mesmas pessoas nos dois casos. A única oportunidade dos homens está no devir revolucionário, o único que pode conjurar a vergonha ou responder ao intolerável.” (Deleuze, 1992, p. 211)

equivalência geral, num processo reducionista onde o mercado capitalístico tende a achatá-lo sistema de valorização. Além disso, há uma aceitação passiva deste achatamento. O paradigma estético, em contraposição é o paradigma da criação, da criatividade, como proposta alternativa ao paradigma científico, cartesiano, positivista, sistêmico, estruturalista que encontramos de forma dominante nas práticas psi.

Felix Guattari (1930-1992) foi um importante interlocutor desde a criação da Equipe Clínico Grupal do GTNM/RJ. Oriundo da psicanálise francesa, militou política e ativamente na perspectiva de inventar saídas no enfrentamento de diversas questões clinicopolíticas. Dentre os conceitos criados pelo autor, destacamos no presente texto alguns que para nós se apresentaram como importantes ferramentas na construção e afirmação da indissociabilidade entre clínica e política. Juntamente com Gilles Deleuze (1925-1995) desenvolveu uma crítica contundente à psicanálise apontando outros modos de pensar os dispositivos clinicopolíticos, através do que chamou Esquizoanálise. A crítica se dirige aos diversos procedimentos que visam disciplinar o desejo, retirando dele sua potência de criação e invenção de novas realidades. Para os autores, não há universais, não há uma essência bestial do desejo. O desejo é sempre o modo de produção de algo. Para Guattari, essa concepção do desejo como força destrutiva, bestial é produzida pelo Capitalismo Mundial Integrado, conhecido hoje como Neoliberalismo Globalizado.

A problematização e construção da Esquizoanálise aparece, de uma forma não sistematizada, ao longo da obra dos autores. Tal processo tem início em meio às lutas políticas de maio de 68 na França, e dessa onda resulta “O Anti Édipo” em 1972. Trata-se de um manifesto, um grito de alerta, um não à universalização da estrutura edípica, que edipianizava o mundo, como se tudo na vida, pudesse ser reduzido a pequenas histórias de família. A ideia de máquinas, surge neste momento, em contraposição à noção de estrutura. O maquínico (não mecânico) é processual, produtivo, produtor de singularidades, de irreversibilidade e temporal. Opõe-se, assim, à ideia de estrutura, de totalização, de equilíbrio, de invariante, de a-historicidade. A noção central das máquinas desejantes se contrapõe à limitação do desejo à cena familiar e de sua realização fantasmática. Esta questão é eminentemente política: se não montarmos uma máquina revolucionária capaz de permitir a afirmação das expressões desejantes, o desejo continuará sendo

manipulado pelas forças de opressão e repressão, ameaçando mesmo por dentro as máquinas revolucionárias. (Deleuze, 1992).

Guattari (2005) vai criticar a ideia de uma subjetividade dada, modelada nas relações familiares, interiorizada, individualizada e individualizante que se produz na exclusão do social. A proposta de Guattari é pensar uma clínica cartográfica que se inventa e se articula a uma micropolítica do desejo. Clínica em constante movimento de criação, onde a produção tanto do mundo como da subjetividade se dá pelas múltiplas conexões operadas pelo desejo. O dispositivo clínico como dispositivo cartográfico toma os diferentes saberes como cartas que se entrecruzam e criam novos saberes em meio a viagem. Dispensa, assim, o uso dos saberes como mapas, modelos já dados a serem seguidos sem possibilidade de desvios ou bifurcações. Nesta concepção, não há de um lado a produção desejanse fantasmática e de outro a produção social de realidade. Só há produção no real, a partir das pontas de desterritorialização dos agenciamentos desejanse que engendram as linhas de fuga, linhas de escape, linhas de invenção. Ou seja, se os agenciamentos, por um lado, estabilizam os processos desejanse quando configuram um território, há sempre uma face dos agenciamentos que aponta para a desterritorialização, isto é, para a criação de novos territórios.

Nesta prática clinicopolítica, cartográfica, transdisciplinar e criativa a política é política do desejo; a política que visa escapar das obstruções e/ou desfazer os nós que destroem as pontas de desterritorialização dos agenciamentos do desejo, já que é aí que o novo pode emergir. Neste aspecto, não podemos mais discernir clínica de política; a clínica se torna uma micropolítica do desejo comprometida com a produção de novos modos de subjetivação, com uma subjetividade processual e mutante e não com uma subjetividade já dada. Produção de subjetividade que tanto pode produzir assujeitamentos ou, ao contrário, a produção incessante de autonomia em um processo auto poético de subjetivação, numa clínica concebida como trabalho de compartilhamento. Ou seja, nenhum local é privilegiado ou primeiro para a ação política. Existem múltiplas possibilidades de ação, múltiplos espaços públicos que podem ser criados e redefinidos constantemente: agir é começar, é experimentar algo novo: o espaço público como espaço *entre*. Construção de uma alternativa que vai além de uma política partidária e se propõe a invenção do espaço público: a política compreendida como atividade de criação e experimentação em qualquer lugar.

Trata-se de romper com os meios de codificações que impedem a criação de novas maneiras de viver. Em “Psicanálise Morta Análise”, Deleuze (1998) vai distinguir os três principais meios de codificação em que se baseia o pensamento dominante: a Lei, a Relação Contratual Burguesa e o Estatuto ou o Instituído. Na crítica que empreende à Psicanálise, vai afirmar que nesta estão presentes o triplo meio de codificação que fez deste empreendimento – que em seu nascimento se caracterizava como ciência experimental – uma axiomática generalizada, uma verdade em si mesma fechada em estruturas de um saber codificado em universais, que impede a produção de novos modos de subjetivação, reforçando a subjetividade individualizada, interiorizada e privada. Em um outro texto “Pensamento Nômade”, ao tematizar esses três meios de codificação, Deleuze (s/data) articula o desdobramento do freudismo e do marxismo como tentativas de recodificação: “Eis o que constitui verdadeiramente, sob o prisma de nossa cultura, o marxismo e a psicanálise como as duas burocracias fundamentais, uma pública, a outra privada, cujo fim é operar tão bem quanto mal uma recodificação(...)”. (Deleuze, Idem, p.10). Buscando vias de escape dos códigos dominantes, Deleuze vai dizer que “há momentos em que não se trata de interpretar, seja através de significados ou de significantes. Trata-se de compartilhar. Seria antes necessário entrar no sofrimento do cliente, ir até lá e compartilhar o seu estado.” (Deleuze, Ibidem, p. 12). Trata-se de estabelecer um outro tipo de relação, que não seria legal, nem contratual, nem institucional, mas uma relação com o exterior. Ou seja, estabelecer alianças fora da lei, do contrato, das instituições. Uma fuga, um escape, um movimento de deriva ou de desterritorialização. Sair do espaço fechado, do saber codificado e totalizado e abrir-se ao exterior: procurar com que força exterior atual algo passa como uma corrente de energia, uma rajada de ar fresco que possibilita a invenção. Compartilhar, versar com, estar com, atravessando os meios de codificação, promovendo a mistura de todos os códigos e decodificar, para que a prática clínica possa se exercer no compromisso ético-estético-político da produção de outros modos de subjetivação: novas maneiras de pensar, novas maneiras de sentir, novas maneiras de perceber, novas maneiras de ver, novas maneiras de amar; enfim, um modo estético de viver.

Vivemos em um mundo onde predomina o conformismo, a anestesia, o controle. Um mundo regido pelas ordens do mercado, onde a lógica empresarial sempre acaba por se impor, condicionando nossas opções ético-estético-políticas. Um

mundo em que o valor se define pelo poder de aquisição de conforto, segurança e bem-estar. Um mundo em que a motivação do existir se reduz à conservação de um “eu” formatado, na manutenção de um idêntico de si. Um mundo que tenta transformar toda vontade e força em palavras de ordem e obediência. Um mundo acelerado onde os corpos se arranham na aflição de um tempo de ejaculação precoce. Neste mundo-imenso muro procurávamos, e procuramos, frestas, rachaduras... utilizamos o martelo... a lima...

Se o desejo é recalcado é porque qualquer posição de desejo, por menor que seja, pode pôr em questão a ordem estabelecida de uma sociedade, o que não quer dizer que o desejo seja a-social, muito pelo contrário.

Mas isto é perturbante: qualquer máquina desejante pode fazer saltar setores sociais inteiros (...) e nenhuma sociedade pode suportar uma posição de desejo verdadeiro sem que as estruturas de exploração, de sujeição e de hierarquia fiquem comprometidas (...). Portanto, é de uma importância vital para uma sociedade reprimir o desejo, e mesmo achar algo de melhor que a repressão, para que até mesmo a repressão, a hierarquia, a exploração e a sujeição sejam desejadas. (Deleuze e Guattari, 1976 p.95).

Reafirmamos, assim, que a produção do mundo e das subjetividades se dá pelas múltiplas conexões operadas pelo desejo. Tanto que o capitalismo não só explora a força de trabalho dos assalariados, mas também manipula em seu proveito as relações de produção, insinuando-se na economia desejante dos explorados, de todos nós. Por isto, a luta revolucionária não pode ser circunscrita somente ao nível das forças aparentes. Ela deve desenvolver-se em todos os níveis da economia desejante, dos processos de subjetivação contaminados/capturados pelo capital. É o combate frequente contra os nossos fascismos microscópicos – aqueles que se instalam no seio das máquinas desejantes e em nós. Esta luta não pode se dar através de delegados, de representantes.

Não há como assegurar que não se irá resvalar, a qualquer momento, para uma política burocrática (relatórios, projetos e mais projetos), de prestígio (maior visibilidade) e/ou uma cumplicidade com os poderes vigentes ou mesmo uma interiorização das lógicas dominantes. A luta política no front dos desejos, nos leva ao exercício de uma análise de implicações permanente, problematizando-nos a cada momento. O processo de produção tem sempre o desejo como princípio imanente. Afirmamos com Deleuze e Guattari que, por isto, nunca sobra ou falta nada ao vivente, já que ele está sempre por se fazer, está sempre sendo...

A luta por subjetividades singulares, autônomas, criativas é um modo de resistência às duas formas atuais de sujeição: uma que consiste em individualizarmo-nos de acordo com as exigências do poder e outra que

consiste em prender cada indivíduo a uma identidade fixa, sabida e conhecida, bem determinada de uma vez por todas. A luta por subjetividades singulares, apresenta-se assim, como direito à diferença e como direito à variação, à metamorfose. (Deleuze, 1987: p.142).

### **O risco de naturalização da produção da figura da vítima**

Os agenciamentos estão interceptados, foram grampeados. É terminantemente proibido fazer uso da língua a fim de cunhar matéria de expressão para as intensidades atuais: o gesto criador foi desautorizado e quem ousa esboçá-lo não só será tratado de traidor, ou o que é pior, estará correndo perigo de vida (...). É proibido o gesto criador, este debilita-se e transmuta-se e é substituído pelo medo e o medo aumenta ainda mais a timidez do gesto criador. Desencadeia-se um círculo vicioso no qual o desejo vai enfraquecendo cada vez mais a sua potência de efetuação. (Rolnik, 1989: p. 194, 195, 196).

No início dos anos de 1990, quando o Projeto da Equipe Clínico-Grupal surgiu como uma das frentes de luta do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, respirávamos ainda – e hoje mais do que nunca – o medo. Para muitos que viveram o terror de Estado, seus familiares, amigos e sociedade em geral, o medo fazia com que calássemos, silenciássemos sobre nossas experiências. A clientela que demandava este Projeto vinha de um universo de pessoas atingidas direta e indiretamente pela violência institucionalizada, especialmente, no período da ditadura civil-militar. Pessoas que experimentaram a clandestinidade, o exílio, os sequestros, as prisões ilegais, as torturas em seus corpos e na de seus companheiros, as mortes e desaparecimentos. Pessoas que viveram o terror e o horror! Pessoas com corpos marcados a ferro e fogo! Marcadas por um grande medo que se generalizava por toda a sociedade. Esse medo produzia o não falar, o silenciamento, a tentativa de esquecer... O medo tornava-se uma doença.

A questão da memória esteve incessantemente presente e tratada como arma de guerra capaz de intervir na produção subjetiva assujeitada, vitimizada e silenciada.

O querer não esquecer um passado que precisa ser reparado, e transformar essa memória em instrumento de luta e resistência, não é o mesmo que não ser capaz de esquecer uma história que atormenta e, por isso, perder-se e envenenar-se com ressentimentos. Os movimentos parecem se aproximar, mas há entre eles uma diferença crucial: a crítica do presente e a aposta no futuro, ou, mais poeticamente, a disposição para construir uma **memória do futuro**. (Reis, 2015: p.196. Grifo nosso).

Ao solicitar o primeiro financiamento a um programa da ONU - Fundo Voluntário das Nações Unidas para as Vítimas da Tortura – alguns membros da Equipe Clínico-Grupal Tortura Nunca Mais estranharam e começaram a colocar em análise o conceito de “vítima” apresentado de modo naturalizado pelo referido órgão

de fomento que financiou o trabalho da equipe por vários anos. A partir de então, a naturalização da figura da vítima passa a ser problematizada em diversos momentos, fazendo parte de inúmeras produções de textos e artigos vinculados à Equipe, resultando em dois livros: *Clínica e Política 1* em 2002 e *Clínica e Política 2* em 2009. Nestes, a problematização a respeito do risco da naturalização da figura da vítima é desenvolvida por profissionais da Equipe, parceiros na área de Direitos Humanos<sup>9</sup> e alguns integrantes da diretoria do GTNM/RJ.

(...) talvez seja necessário começar a ousar questionar o estatuto de vítima, assim como também o status social e os interesses políticos daqueles que se ocupam das chamadas vítimas. Novamente, isso não quer dizer ignorar as experiências trágicas por que passam as pessoas, tampouco os múltiplos processos de estigmatização, discriminação, marginalização, patologização, confinamento, opressão e extermínio a que muitos estão sujeitos, (...). Questionar o estatuto de vítima, é também questionar o governo por individualização; é questionar a objetivação de saber que lhes é conferida e buscar nessa posição de fraqueza a eles atribuída a possibilidade de uma força mais ativa e menos reativa (...). (Reis, 2015: p.146).

Certamente é um fio de navalha. Há aqueles, a maioria, que sofrem violências e são capturados pela força do ressentimento. São aprisionados pela acusação e pela recriminação: é por tua causa que sou fraco e infeliz; transformam-se em “vítimas” que clamam por vingança, por uma “justiça” infinita. Neles predominam as forças reativas, impedindo a circulação dos movimentos desejanter de criação e construção de novos modos de pensar, agir, perceber.

“Não restam dúvidas de que os aparelhos de justiça estatais abrigam forças extremamente reativas, às quais vêm orquestrando um tipo de violência que podemos vincular ao ressentimento.” (Reis, 2014: p.137). Importante, portanto, pensar como a máquina do Estado é uma máquina reativa e como essas forças reativas proliferam pela sociedade, alimentando as práticas mais conservadoras, intolerantes e fundamentalistas, separando as forças ativas daquilo que elas podem como forças inventivas e múltiplas.

Para podermos pensar esta questão da reatividade geradora de conservadorismos e fascismos é fundamental colocarmos em análise uma certa concepção de poder e seus engendramentos subjetivos. Foucault falava desses fascismos, em especial, sobre: “... o fascismo que está em todos nós, que assombra

---

<sup>9</sup> Para uma análise crítica dos conceitos de Direitos e de Humanos, consultar os artigos de Coimbra et alii (2008 e 2009).

nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar essa mesma coisa que nos domina e explora” (Foucault, 1991: p.84).

Acompanhando as pesquisas de Michel Foucault sobre a gênese do “sujeito moderno” vamos encontrar um circuito de indagações que, em muito, nos auxiliou a avançar na crítica à produção e naturalização da figura da vítima. No lugar de um sujeito constituinte trans-histórico, um sujeito histórico – “uma ontologia histórica de nós mesmos”.<sup>10</sup> Afinal, como nos diz Foucault, é esta a tarefa de uma história do pensamento por oposição à história dos comportamentos ou das representações: definir as condições nas quais o ser humano “problematiza” o que ele é, e o mundo no qual ele vive” (Foucault, 1984: p.14). Ao produzir uma história crítica da modernidade, Foucault insiste em problematizar esta noção: “Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. (...) Meu objetivo foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos.” (Foucault, 1995: p. 231).

Abre-se, assim, um espaço para desenvolver uma história crítica capaz de interrogar as verdades produzidas sobre o sujeito considerado como um invariante, assim como o modo de produção de uma subjetividade vitimizada, assujeitada aos códigos da relação saber-poder dos chamados “especialistas em tortura”.

Em 2002, no Congresso de Saúde Mental da Universidade Popular de las Madres de Plaza de Mayo, já afirmávamos:

A ideia que desde o início orientava nossas intervenções era a de que a violência devia ser tratada como uma instituição historicamente estabelecida e coletivamente produzida. Tratava-se, então, de tornar os efeitos-subjetividades que nos chegavam na clínica não como uma experiência individual, íntima ou privada, mas que se expressava num plano de produção sócio-histórica por definição coletivo... (Benevides de Barros et alli., 2002a: p.5).

Questionando o estatuto da vítima passamos a pensar, numa perspectiva crítica, a noção de sujeito. Interrogando a produção do sujeito assujeitado, fomos levados a questionar um modo de pensar que almeja parar os movimentos incessantes de mutação da vida que, em cada existência, se expressam de múltiplas maneiras em constante variação. A vitimização é um modo de subjetivação capitalístico que se produz na separação do corpo daquilo que ele pode. Separa a forma de suas forças

---

<sup>10</sup> Foucault faz referência a uma ontologia do presente como ontologia de nós mesmos – experiência-limite, pensamento que se funda na imanência do acontecimento, daquilo que acontece no tempo, na fronteira, na passagem – uma ontologia da superfície, em contraposição à tradição filosófica da transcendência que se assenta numa ontologia da profundidade / altura.

constitutivas, barrando o desejo e sua força de criação e invenção de outros, muitos, modos de existir. Ou seja, subtrai a atividade fazendo vingar a reatividade. Essas forças reativas, em nós, fortalecem a produção de uma identidade vitimada: a coitadinha, despotencializada, fragilizada, mas que tem o direito à vingança, ao ressentimento, ao ódio justificado.

O homem do ressentimento em Nietzsche (1998) é aquele que se alimenta do espírito de vingança. Movido pela vontade de poder nega a exuberância da experimentação da Vida e passa a julgá-la a partir de valores abstratos e transcendentais a ela. A própria vida é acusada, separada de seu poder, separada do que pode. Este modo ressentido é identificado por Nietzsche “com o tipo sacerdote, ou o tipo padre (...). Um tipo que conseguiu inverter os valores de potência (...) em favor de uma moral escrava, elogiosa da fraqueza e da compaixão, (...)” (Reis, 2015: p. 27) Nietzsche ressalta que o mundo ocidental sofre de ressentimento e reatividade. Segundo o pensador estes seriam os principais sintomas do adoecimento do homem moderno:

“Ora, a história põe-nos em presença do mais estranho fenômeno: as forças reativas triunfam, a negação leva a melhor na vontade de poder! Não se trata apenas da história do homem, mas da história da vida, e da história da Terra, pelo menos sobre a sua face habitada pelo homem. Em toda parte, vemos o triunfo do ‘não’ sobre o ‘sim’, da reação sobre a ação. (Deleuze, s/data: p. 23)

Esta vida reativa-vitimizada clama pelo Estado, por sua justiça, demandando um salvador para a cura de todos os seus males. O salvador tanto pode ser Deus, a Justiça, quanto a Medicina e seus saberes-poderes correlatos. Nesta perspectiva, afirma-se uma atitude de separação entre o corpo e aquilo que ele pode, entre força e forma, entre sujeito e objeto, entre produto e produção. A cura poderia ser alcançada pela via da punição, da “luta contra a impunidade”. Trata-se de uma determinada concepção de poder que se funda na crença deste como essência, propriedade de uma classe social e lugar a ser conquistado. Nesta concepção o Estado ocupa o lugar de centralidade de poder. Ou seja, operando na transcendência, cabe ao Estado e suas políticas públicas, não só a assistência às vítimas, como principalmente a elaboração e implementação de leis duras e repressivas<sup>11</sup>. Tal circuito naturalizado alimenta a

---

<sup>11</sup> Importante problematizar a naturalização que observamos, especialmente na América Latina, da associação acrítica da assistência médica-psicológica com o atendimento jurídico aos atingidos pela violência.

vontade de punição, a vontade de vingança, a vontade de tutela. Nesta via, à vítima fica reservada esta armadilha: a tutela sob todos os aspectos. A produção da vítima, do atingido pela violência e seu processo de fragilização e captura é nomeado por Rolnik (1989) como “Síndrome da Carência Captura”, onde o poder de tutela que se pede ao Estado e o cuidado clínico especializado dispensado se estabelecem no território da falta: o cuidado enquanto assistencialismo e, portanto, como tutela.

Experimentamos diariamente a naturalização da figura da vítima, a memória de seu sofrimento e toda a comoção que ela desperta em nós, funcionando para acirrar e instrumentalizar o endurecimento do Direito Penal, incitando o espírito de vingança através de reivindicações que não param de clamar por mais punições em nome da lei, da ordem e da segurança social, fortalecendo uma atitude julgadora-moralista que vemos crescer a cada dia em nosso cotidiano<sup>12</sup>.

Entendendo o poder como relação entre forças, a questão é saber, nessas lutas e violências – que sempre estarão ocorrendo - que forças estão sendo fortalecidas. Quando o combate entre forças é ativo este não opera pela falta ou pelo ressentimento, mas pela pulsação dos movimentos desejantes que querem inventar mundos; aqui estamos falando em *vontade de potência*. Diferentemente, quando somos movidos por uma vontade permeada pelo negativo, pela falta com sua vontade insaciável do estabelecimento da Verdade e da Justiça numa perspectiva totalizante, essencialista, a-histórica e única, melhor seria denominá-la como *vontade de poder*.

Em Deleuze e Guattari, também vamos encontrar sempre uma luta contra o pensamento reducionista do Eu, da pessoa, do sujeito, da vida aprisionada, parada, cristalizada nos *meus* “traumas”, nas violências *por mim* sofridas. Destituindo a centralidade do Eu, fazem sua aposta nas percepções que captam a estranheza de um mundo onde os saberes-verdades, os poderes-Estados, os sujeitos-(con)formados nada explicam – devem, antes, ser explicados. Ou seja, nosso desafio permanente é pensar uma vida como Acontecimento, como uma expressão de relações de forças que engendram tanto os saberes, como os poderes e os modos de subjetivação correlatos.

É um modo de pensar que está em questão: quais as forças que determinam esta ou aquela forma de pensar? Quais as forças pressupostas nos enunciados ditos verdadeiros? Sim, porque o que é a verdade senão a efetuação de um sentido ou um valor? Não existe verdade que não remeta a um tipo de poder. Como já afirmamos,

---

<sup>12</sup> Para outras informações sobre tema tão atual e sobre Abolicionismo Penal consultar Instituto Carioca de Criminologia – ICC e o Núcleo de Sociabilidade Libertária da PUC/SP - [www.nu-sol.org](http://www.nu-sol.org)

não existe saber que não implique em ato um poder em vias de se exercer. Portanto, cabe aqui reafirmar que as forças reativas alimentam os pequenos fascismos diários, o espírito de vingança e, na atualidade, o endurecimento do direito penal e de subjetividades paranoico-policialescas-punitivas que governam judicializando a vida.

Estes foram alguns dos desafios por nós experimentados: tentar escapar das reatividades através da potencialização dos movimentos desejanter e buscar romper com os dualismos – clínica x política; vítima x violador.

“É por eu ver as dificuldades – e elas são enormes – que é preciso muito otimismo para dizer: recomeçemos! Deve ser possível recomeçar. Ou seja, recomeçar a análise e a crítica”. (Foucault, 2002: p.112).

Esta foi, sem dúvida, uma das propostas deste texto: problematizar nossas práticas em uma dada experimentação e ao nos interrogarmos pensar sobre os possíveis que podemos fortalecer e/ou fragilizar. É a nossa aposta: recomeçemos sempre!

Lumiar, verão, fevereiro de 2018.

## Referências Bibliográficas

BAREMBLIT, G. *Ato Psicanalítico e Ato Político*. Belo Horizonte: Editora Segrac, 1987.

\_\_\_\_\_. (org.). *Grupos: Teoria e Técnica*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. (org.). *O Inconsciente Institucional*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984.

Benevides de Barros, R. “Clínica e Social: polaridades que se opõem/complementam ou falsa dicotomia?” in Benevides de Barros, R.; Passos, E e Rauter, C. (orgs.). *Clínica e Política: Subjetividade e Violação dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Te Corá Editora, 2002.

Benevides de Barros, R. *Grupo: afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Editora Sulina / Editora UFRGS, 2007

Benevides de Barros, R.; Passos, E & Rauter, C. (orgs.). *Clínica e Política: Subjetividade e Violação dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Te Corá Editora, 2002b.

Benevides de Barros, R. et alii. *Grupos e Instituições em Análise*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos Ltda, 1992.

BENEVIDES DE BARROS, R. et alii. “Clínica e Política: acerca dos mal estares sócio-históricos do sujeito”. Congresso de Saúde Mental. Buenos Aires: Universidade Popular de las Madres de Plaza de Mayo, 16/11/2002a, (mimeo.).

COIMBRA, C.M.B. *Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “milagre”*. Rio de Janeiro: Editora Oficina do Autor, 1995.

COIMBRA, C.M.B. e Monteiro de Abreu, A.M.R. “Quando a Clínica se Encontra com a Política”. In: Maciel Júnior, A. e Kupermann, D. (orgs.). *Polifonias: clínica, política e criação*. Niterói: Editora Universidade Fluminense, 2005.

COIMBRA, C.; Nascimento, M.L. e Lobo, L. F. “Por uma invenção ética para os Direitos Humanos. In *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, Centro de Teologia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia. V. 20.2, 2008, 89-102.

COIMBRA, C.; Nascimento, M.L. e Lobo, L. F. “A Invenção do Humano como Modo de Assujeitamento” in Mendonça Filho, M. e Nobre, M. T. (orgs.). *Política e Afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa*. Salvador / São Cristóvão: Editora da Universidade Federal da Bahia / Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2009, 31-42.

DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

\_\_\_\_\_. e Guattari, F. *O Anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche e a Filosofia*. Porto: Editora Rés, 1976.

\_\_\_\_\_. *Foucault*. Lisboa: Editora. Vega, 1987.

\_\_\_\_\_. “Psicanálise Morta Análise”. In: Deleuze, G. e Parnet, C. (orgs.). *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998, 93-121.

\_\_\_\_\_. “Pensamento Nômade”. In: Escobar, C. H. (org.). *Por que Nietzsche?* Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda, s/data, 9 -17.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. “Anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista”. In: Escobar, C.H. (org.). *Dossiê Deleuze*. Rio de Janeiro: Editora Helón, 1991.

\_\_\_\_\_. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. “Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow”. In Dreyfus, H. & Rabinow, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

FUGANTI, L. A. *Saúde, Desejo e Pensamento*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editora: Linha de Fuga, 2008.

FUGANTI, L. A. *A ética como potência e a moral como servidão*. São Paulo, mimeo, 2001

GIL, J. *Fernando Pessoa ou a Metafísica das Sensações*. Lisboa: Editora Relógio D'Água, s/data.

\_\_\_\_\_. *Diferença e Negação na Poesia de Fernando Pessoa*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará/ Sinergia/ Ediouro, 2009.

GUATTARI, F. *Caosmose*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992

GUATTARI, F & ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. Monteiro de Abreu, A.M.R. Medo e Processo de Subjetivação: medo em mim, medo em nós. 2017, no prelo.

MOURÃO, J.C. (org.). *Clínica e Política 2: Subjetividade, Direitos Humanos e Invenção de Práticas Clínicas*. Rio de Janeiro: Editora Abaquar / Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, 2009.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998.

PESSOA, F. *Livro do Desassossego*. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

REIS, E. *Justiça e Espírito de Vingança: o que se quer quando se pede por justiça e o ressentimento do homem atual*. Curitiba: Juruá Editora, 2015.

REIS, E. "Por Uma Arte de Memória e do Esquecimento". In: Coimbra, C.M.B.; Rodrigues, J. & Valle, L. (orgs.). *Dobraduras: Territórios e Pesquisas*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.

ROLNIK, S. *Cartografia Sentimental*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1989.

SAIDÓN, O. (org.). *Análise Institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987.

\*\*\*

**Cecilia Maria Bouças Coimbra:** Psicóloga, Professora Adjunta na Universidade Federal Fluminense, Doutora em Psicologia pela USP, Pós-Doutora em Ciência Política pela USP. Fundadora e atual membro da Diretoria Colegiada do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. E-mail: [cmbcoimbra2013@gmail.com](mailto:cmbcoimbra2013@gmail.com)

**Ana Monteiro de Abreu:** Médica e analista, Mestre em Psicologia pela UFF. E-mail: [anaregomonteiro@yahoo.com.br](mailto:anaregomonteiro@yahoo.com.br)

\*\*\*

**Artigo recebido para publicação em:** Fevereiro de 2018.

**Artigo aprovado para publicação em:** Março de 2018.

\*\*\*

**Como citar:**

ABREU, Ana Monteiro. COIMBRA, Cecilia Maria Bouças. Problematizando a Experiência Clínicopolítica da equipe Clínico-Grupal Tortura Nunca Mais. **Revista Transversos**. “**Dossiê: Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro: três décadas de Resistência**”. Rio de Janeiro, n<sup>o</sup>. 12, pp. 91-109, Ano 05. abr. 2018. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2018.33653

